

A INVISIBILIDADE DOS ARQUIVOS ESCOLARES NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA: REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO

Fernanda Barros Ferreira (Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro)

Priscila Ribeiro Gomes (Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte dos resultados obtidos em Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O interesse pelo desenvolvimento dessa temática surgiu a partir de discussões ocorridas no âmbito do grupo de pesquisa Educação e Arquivos: experiências em contextos plurais, possibilitando uma reflexão sobre a importância dos estudos voltados para os arquivos escolares.

Ao observarmos os Trabalhos de Conclusão de Cursos apresentados à Escola de Arquivologia da UNIRIO nos anos de 2018 e 2019, percebemos que apenas dois trabalhos nos reportavam diretamente a estudos envolvendo especificamente os Arquivos Escolares. A partir deste fato, questionamos sobre o porquê da invisibilidade desse assunto no universo acadêmico, mais precisamente no curso de Arquivologia da UNIRIO. Esse questionamento desdobrou-se nas seguintes perguntas: (1) A matriz curricular do curso de arquivologia apresenta em seu bojo uma disciplina envolvendo discussões sobre arquivos e educação? e (2) Há uma discussão em torno da importância

dos arquivos escolares para a memória educacional e como objeto de aprendizagem?

Na esfera acadêmica, sabemos que é o Projeto Pedagógico que orienta o curso, interferindo diretamente no perfil dos profissionais que serão formados. Egressos conscientes das suas responsabilidades e de seus espaços de atuação tendem a buscar melhores oportunidades, sendo o arquivo escolar mais uma possibilidade. No entanto, para que isso aconteça, é necessário pensar no processo de formação do próprio arquivista. A carência dessa temática durante o período de formação talvez comprometa o desenvolvimento de profissionais nesta área.

A presente pesquisa se justifica à medida que os arquivos escolares se mostram fundamentais para entendermos a história da escola, os processos de escolarização e as relações com o entorno. Dessa forma, é necessário que o arquivista saiba mediar as relações entre os arquivos escolares e a sociedade. Para tal, o Projeto Pedagógico e o currículo dos cursos nas universidades precisam abordar estas temáticas, pois como o profissional poderá mediar sobre um assunto que desconhece? Portanto, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre os possíveis impactos destes instrumentos na identidade profissional do arquivista. Além disso, buscou-se refletir sobre os diálogos entre Arquivos e Educação.

O artigo foi dividido da seguinte maneira: Após a definição da metodologia utilizada, apresentaremos a definição e a importância dos arquivos escolares. Em seguida, apresentaremos um breve histórico sobre o curso de Arquivologia da UNIRIO, visando compreender como a construção do curso e a realidade na qual ele está inserido podem impactar em seu viés e seus caminhos pedagógicos e curriculares. Na próxima seção traremos algumas discussões a respeito do currículo e do projeto pedagógico, para que possamos, posteriormente, analisar o Projeto Pedagógico do referido curso com base nos conceitos previamente apresentados. Logo após, faremos reflexões sobre a necessidade de interlocuções com o campo da Educação na formação do arquivista como um dos principais pontos para que o tema dos arquivos escolares ganhe mais relevância no cenário da pesquisa arquivística. Por fim, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

2 METODOLOGIA

Como dito anteriormente, ao pesquisarmos sobre os arquivos escolares na página da Escola do curso de Arquivologia da UNIRIO, observamos que em 2018 e 2019 (únicos anos que encontramos no site da instituição a listagem completa dos trabalhos realizados no curso), em um universo de 71 Trabalhos

de Conclusão de Cursos apresentados, apenas dois trabalhos²⁰⁸ nos reportavam diretamente a estudos envolvendo especificamente o tema referido. Esta amostragem nos indicou como a pesquisa em arquivística é de fato carente de estudos sobre arquivos escolares.

A partir desta percepção, recorreremos à pesquisa bibliográfica, na qual comentamos os conceitos básicos para a realização deste estudo sem que os pesquisadores estivessem em contato direto com os atores sociais, os estudantes (MINAYO, 2002). Levantamos bibliografia de autores que são referência nas áreas de arquivos escolares, história da educação, pesquisa em arquivística, formação do profissional arquivista, projeto pedagógico e currículo.

Utilizamos também a pesquisa documental referente ao Projeto Pedagógico e ao Currículo do curso como fonte primária para elaborar conjecturas a respeito dos aspectos que nos propomos a analisar (GIL, 2002). Assim, pudemos compreender as particularidades de cada instrumento, seu papel como instrumento de poder e sua relação com a possível invisibilidade do tema dos Arquivos Escolares na UNIRIO.

3 ARQUIVOS ESCOLARES: DEFINIÇÃO E RELEVÂNCIA

Os Arquivos podem ser definidos como o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza ou do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). Se essa entidade coletiva for uma escola, temos os chamados arquivos escolares.

Segundo Gomes e Monteiro (2016), as funções dos arquivos podem ser voltadas para a própria instituição (gestão de documentos) ou voltadas para o social (na qual abrange a preservação da memória da escola como referência tanto para o entorno da instituição quanto para a sociedade como um todo). A segunda depende da primeira, pois segundo os autores, “se a função institucional dos arquivos for desempenhada com sucesso, sua função social estará facilitada, pois os registros institucionais estarão preservados e acessíveis” (p. 64).

Percebemos que há muitas funções a serem trabalhadas nos Arquivos Escolares, e que as comunidades escolares se beneficiariam muito com uma

²⁰⁸ “FERREIRA, Lucia Elena Penedo de Oliveira de Carvalho. POR DENTRO DO ARQUIVO ESCOLAR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ: reflexões sobre Memória e Cultura Escolar” e “GOMES, Guilherme Santos. A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS DOCUMENTAIS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS DA ESCOLA MUNICIPAL FRIEDENREICH”.

cooperação interdisciplinar entre arquivistas e outros profissionais. Entretanto, esse debate ainda não possui grande destaque no âmbito dos cursos de Arquivologia no Brasil. Buscamos, então, a partir do estudo do histórico da instituição, do Projeto Pedagógico do curso e do currículo, refletir sobre essas questões dentro do curso de Arquivologia da UNIRIO.

4 UM BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO

O contexto de criação de uma instituição (ou de um curso, como é o caso desta pesquisa) diz muito sobre sua estrutura, missão, valores e objetivos, bem como sobre o tipo de profissional que será formado. Desta forma apresentaremos aspectos relativos à criação e ao desenvolvimento do Curso de Arquivologia da UNIRIO. Podemos observar abaixo alguns dos principais acontecimentos desde a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA) até as mais recentes reformas curriculares do curso:

Tabela 1 - Histórico da criação do curso de Arquivologia da UNIRIO

1960	O Arquivo Nacional cria o CPA, objetivando formar pessoal para trabalhar na Instituição. Não possuía caráter de nível superior
1972	O Conselho Federal de Educação autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior.
1973	O CPA torna-se o primeiro curso de Arquivologia no Brasil, mediante acordo entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Arquivo Nacional.
1974	O Conselho Federal de Educação estabelece o Currículo Mínimo, que orientava a formação profissional voltada para o serviço público e desconsiderava a pesquisa arquivística
1977	O CPA é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) mas continua tendo as aulas ministradas no espaço físico do Arquivo Nacional.
1979	O curso de Arquivologia da FEFIERJ passa a funcionar nas dependências da própria Instituição. A FEFIERJ torna-se Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).
1990	É aprovada uma Reforma Curricular ainda que limitada devido às exigências do Currículo Mínimo, que prezava pela formação técnica.
1996	A sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o fim da necessidade de seguir o Currículo Mínimo possibilitam o início de um longo processo de reforma curricular.
2006	É aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia da UNIRIO, que em tese reflete as mudanças curriculares e abrange a

	nova visão do curso: mais humanista e menos técnico. Está em vigor até o momento.
2007	É formada uma Comissão para desenvolver uma nova reformulação do Currículo.
2012	Criação da Pós Graduação <i>stricto sensu</i> em Gestão de Documentos e Arquivos - UNIRIO, primeiro mestrado na área de Arquivologia da América Latina e dos países de língua portuguesa.
2013	Aprovação de novo ajuste curricular.

Fontes: AGUIAR; MARIZ (2013) e BETANCOURT (2020). Adaptado pela autora.

Em 1974, quando foi estabelecido o Currículo Mínimo pelo Conselho Federal de Educação, os cursos de Arquivologia seguiam um perfil totalmente tecnicista, o que demonstrava o não reconhecimento do caráter crítico e investigativo do arquivista (BETANCOURT, 2020).

Na Reforma Curricular de 1990, foram adotadas algumas mudanças: o aumento do tempo de integralização do curso de três para quatro anos; a criação das disciplinas Monografia I e Monografia II, e a inclusão de duas disciplinas de caráter prático ministradas em laboratórios (Organização Prática de Arquivo I e II). Podemos notar que apesar das limitações relativas à obrigatoriedade da adoção do Currículo Mínimo, a associação entre Arquivologia e pesquisa científica começa a aparecer na estrutura curricular.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, foi possível abandonar a rigidez do Currículo Mínimo e a partir disso, o curso de Arquivologia da UNIRIO começou um longo processo de reestruturação que foi parcialmente concluído dez anos depois, com a aprovação do Projeto Pedagógico (2006). Este documento orientou a reformulação do currículo no ano seguinte, que tinha como objetivo colocar em prática a ideia de apresentar um curso mais flexível, no qual o aluno poderia optar, de acordo com seus interesses pessoais, por uma formação mais histórica ou mais administrativa, sendo possível o contato com a pesquisa arquivística e as reflexões sobre a função social do arquivista e com as discussões técnico-científicas.

5 REFLEXÕES SOBRE PROJETO PEDAGÓGICO E CURRÍCULO

O Projeto Pedagógico é o documento que orienta a instituição de ensino. A partir dele, devemos ser capazes de responder a três perguntas: (1) “O que somos?”, que diz respeito a identificar a realidade da instituição; (2) “O que queremos?”, que visa apresentar os objetivos da instituição de acordo com as necessidades identificadas na pergunta anterior; e (3) “O que faremos?”, que compreende as estratégias para chegar à determinado objetivo (VASCONCELLOS, 2012).

Apesar de ser um documento obrigatório, podemos perceber que sua elaboração vai muito além de atender à burocracia, pois é um instrumento pedagógico de grande relevância.

Segundo Vasconcellos (2004), o Projeto Pedagógico precisa, essencialmente abranger e orientar todos os projetos desenvolvidos no âmbito da instituição; ter as ações de curto, médio e longo prazo revistas conforme a duração de cada uma; envolver professores, alunos, funcionários, pais, direção e comunidade local; e estar em constante (re)construção.

A formação dos alunos sempre possui intencionalidade (FAGUNDES, 2009), sendo diretamente influenciada pelo Projeto Pedagógico. Isto se justifica por este documento dialogar com a elaboração do currículo, um campo que é de disputa política devido a implicar na seleção do que é importante de ser mantido em detrimento do esquecimento de outras temáticas.

O currículo está situado no espaço, no tempo e no contexto social, exercendo uma espécie de controle sobre os indivíduos. Além disso, é um elemento produtor de identidades (MOREIRA; SILVA, 2005 apud GOMES, 2008), podendo induzir quais temáticas serão mais pesquisadas pelos alunos e definindo a identidade profissional do arquivista.

Entendemos como imprescindível a compreensão do currículo a partir dos conceitos de emancipação e libertação (GOMES, 2008). Assim, os alunos poderão desenvolver o senso crítico e político para defender seus pontos de vista através da representação de temáticas menos abordadas na Arquivologia.

6 ANÁLISE DOCUMENTAL DO CURRÍCULO E DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO

Em vigor desde 2006 e desenvolvido pelo Grupo de Trabalho para Reforma Curricular, composto de docentes, discentes e funcionários, o Projeto Pedagógico do curso de Arquivologia da UNIRIO é definido como a referência norteadora das ações pedagógicas do curso. Sendo assim, levantaremos aspectos apontados no documento visando entender se a história da instituição, os objetivos, os valores e a estrutura curricular estão em conformidade com o Projeto Pedagógico.

Como visto anteriormente, este Projeto foi resultado de uma mudança de paradigma: a necessidade e um desejo de flexibilização visando a mudança do perfil profissional que o curso pretendia formar, em atendimento às novas necessidades da sociedade atual.

O Projeto Pedagógico deve servir de base para reformulações curriculares. Logo, entendemos que até então este documento não só justifica, como ratifica a importância do profissional no contexto sócio-econômico-cultural, que nos faz refletir sobre a dimensão dos arquivos escolares enquanto objetos de estudo no campo da Arquivologia.

Porém, quando passamos para a parte “prática”, percebemos que as escolhas curriculares não estão em conformidade com as justificativas apresentadas e com o que o curso considera mais valoroso na formação de um profissional. O Projeto Pedagógico aponta para um currículo que preza pelo perfil investigativo e crítico, no qual o profissional tenha autonomia intelectual e seja de fato “capaz de desenvolver uma visão de cidadania plena, necessária ao exercício de sua profissão” (UNIRIO, 2006, p.11). No entanto, não vemos na matriz curricular temas que incitem reflexões sobre os diálogos entre Arquivologia e Educação, mesmo esta última sendo fundamental para a garantia do exercício da cidadania dos indivíduos.

Assim, destacamos que o Projeto cita a importância de uma “ampla formação arquivística que considere não somente a competência técnico-científica que o mundo do trabalho requer, mas também a competência para o exercício pleno da cidadania” (UNIRIO, 2006, p.10). Sabemos que o arquivo escolar não é um mercado com fácil oferta de emprego para o arquivista, já que não há obrigatoriedade desse profissional no quadro de funcionários das escolas no Brasil. Ainda assim, se o curso preza por uma formação que considere outras competências além das mais solicitadas pelo mercado de trabalho, é essencial que haja disciplinas que fomentem o debate sobre a relevância dos arquivos escolares para a sociedade. Ou seja, o processo de formação com vistas a um conhecimento mais completo passa necessariamente por um currículo mais abrangente.

O currículo do curso deve articular não somente as demandas mais comuns do mercado como também abranger outras atribuições legais da profissão. Na matriz curricular atual, que teve seu último ajuste em 2013, vemos que ainda não há disciplinas obrigatórias voltadas para reflexões sobre os arquivos escolares e nem sobre nenhum outro tema relativo às interlocuções entre Arquivologia e Educação, apesar do Projeto Pedagógico destacar que o curso de Arquivologia na UNIRIO se divide em duas linhas curriculares: Arquivística, Cultura, Memória e **Educação** e Arquivística, Conhecimento, Tecnologia e Informação. Ou seja, mesmo a linha curricular que trata de Educação não possui disciplinas sobre Educação.

Destacamos que, partindo da matriz curricular, a única via que a universidade proporciona para que os alunos tomem conhecimento desses